

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O
DESENVOLVIMENTO DAS VALÊNCIAS PARA O BALNEÁRIO
TERMAL PARA O ANO DE 2017**

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. Identificação e objeto do concurso
2. Entidade adjudicante
3. Órgão que tomou a decisão de contratar
4. Órgão competente para prestar esclarecimentos
5. Erros e omissões do caderno de encargos
6. Regras de participação
7. Documentos de habilitação
8. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
9. Documentos que constituem a proposta
10. Apresentação de propostas variantes
11. Prazo para apresentação das propostas
12. Prazo da obrigação de manutenção de propostas
13. Prazo de execução do contrato
14. Critério de adjudicação
15. Preço base
16. Preço anormalmente baixo
17. Audiência prévia
18. Caução
19. Contrato
20. Despesas e encargos
21. Legislação aplicável
22. Anexos

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso público tem por objeto a prestação de serviço para **“Aquisição de serviços técnicos para o desenvolvimento das valências do balneário termal para o ano de 2017”** da Câmara Municipal de Tondela de acordo com o Caderno de Encargos e respetivos anexos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Tondela, com sede no Largo da República, 16 – 3464 - 001 Tondela telefone 232 811110, fax 232 811120 , com o endereço eletrónico cmtondela@mail.telepac.pt e a plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante no site www.acingov.pt.

– O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos do presente Concurso Público, encontram-se disponíveis para consulta, na Secção de Contratação Pública da Câmara Municipal de Tondela, com o endereço eletrónico obras.publicas@cm-tondela.pt, onde podem ser examinados das 9h00 às 17h00, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, por despacho datado de vinte e sete de março de 2017.

4. ORGÃO COMPETENTE PARA PESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, são da competência do júri do procedimento. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitadas pelos interessados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo ser colocados na plataforma eletrónica em local próprio, disponível para o efeito. Os esclarecimentos e as retificações serão prestados pelo Júri, na plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

Os esclarecimentos e as retificações acima referidas fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

5. ERROS E OMISSÕES DO CADERNOS DE ENCARGOS

Para os efeitos do disposto no presente Código, são erros e omissões do caderno de encargos:

- a) Os que digam respeito a:
 - i) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessário à integral execução do objeto contrato a celebrar; ou
 - iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

2 – Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar ao júri uma lista na qual identifiquem, expressa e

inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

3 – A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado suspende o prazo fixado apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4 – A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

5 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6 – O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7 – As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas no n.º 4 a 6.º, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

6. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

1 – Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

- a) A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento “Concurso” a ser efetuada no portal www.acingov.pt
- b) Após inscrição e validação da documentação solicitada, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças processuais.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial, que também deve apresentar.
- 2- Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b),d), e) e i) do art.º 55.º do CCP.
- 3 – Certidão Permanente.

8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1 - Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2 – Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Tondela, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3 – Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação de adjudicação.

9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documento nos termos do modelo de proposta constante no anexo A;
- c) Mapa de fornecimento, com o preço total, que não deve incluir o IVA;
- d) Plano de pagamentos **que deve densificar, o plano de trabalhos a implementar pelas diversas categorias e com a fixação dos prazos de execução;**
- e) Apólice de seguros de acidentes de trabalho;
- f) Nota justificativa do preço proposto;
- g) Memória descritiva detalhada que sustente a demonstração da valia técnica da proposta contemplando a experiência da empresa na área, composição da equipa a utilizar no balneário de acordo com as cláusulas técnicas, sua forma e organização.

Esta memória deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- Comprovativos de experiência do concorrente;
- Currículo individual dos elementos que irão compor a equipa e comprovativo das suas habilitações e experiência profissional.
- h) Documento (s) que contenha (m) o (s) esclarecimento (s) justificativo (s), da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento e
- i) O concorrente pode ainda incluir na proposta outros documentos por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do Artigo 57.º do CCP.

10. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

11. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica [http:// www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 15:59 horas do 9.º dia a contar da data de publicação no Diário da República.

12. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo contratual é de 275 dias contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP.

14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, para a entidade adjudicante, nos termos da Alínea a) do n.º 1 do Artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta os fatores Preço da Proposta (PP) e o fator Valia Técnica da Proposta (VT) ponderados pela seguinte fórmula matemática:



$$P=0,3 \times PP + 0,7 \times VT$$

Em que:

P – PONTUAÇÃO DA PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA

PP – PONDERAÇÃO DO FATOR PREÇO DA PROPOSTA

VT – PONDERAÇÃO DO FATOR VALIA TÉCNICA

A ponderação do fator Preço da Proposta (PP) resulta da seguinte fórmula matemática:

$$PP = \frac{\text{Valor da Proposta mais baixa}}{\text{Valor da Proposta em análise}} \times 100$$

O Fator Valia Técnica terá em conta os seguintes Subfatores:

A - Experiência da Empresa em Gestão de Unidades Termas (EP)

B- Valia Técnica da equipa (EQ)

A ponderação do fator Valia Técnica (VT) resulta da seguinte fórmula matemática:

$$VT = 0,35 \times EP + 0,65 \times EQ$$

Em que:

Subfator A- Experiência da Empresa em Gestão de Unidades Termas (EP)

1 – Experiência <1 ano ----- 10 pontos

2 – Experiência >= 1 ano e < 2 anos----- 30 pontos

3 – Experiência ≥ 2 anos e < 4 anos -----80 pontos

4 – Experiência ≥ 4 anos -----100 pontos

Subfator B- Valia Técnica da equipa (EQ)

a) Elevada – 100 pontos

b) Média alta – 80 pontos

c) Média – 50 pontos

d) Baixa - 10

Considera-se valia técnica **Elevada** quando cumulativamente:

- 1 – O coordenador da unidade termal tiver experiência profissional \geq a 15 anos e falar uma língua estrangeira (Inglês/Espanhol),
- 2 – O técnico de manutenção e aprovisionamento da unidade termal tenha experiência profissional \geq a 15 anos,
- 3 – Pelo menos 2 técnicos de balneoterapia, 2 técnicos auxiliares de balneoterapia e 1 auxiliar de limpeza tenham experiência \geq 15 anos.

Considera-se valia técnica **Média Alta** quando cumulativamente:

- 1 - O coordenador da unidade termal tiver experiência profissional \geq a 15 anos,
- 2 - O técnico de manutenção e aprovisionamento da unidade termal tenha experiência profissional \geq a 13 anos e < 15 anos,
- 3 – Pelo menos 2 técnicos de balneoterapia, 2 técnicos auxiliares de balneoterapia e 1 auxiliar de limpeza tenham experiência \geq a 13 anos e < 15 anos.

Considera-se valia técnica **Média** quando cumulativamente:

- 1 - O coordenador da unidade termal tiver experiência profissional \geq a 13 e $<$ 15 anos,
- 2 - O técnico de manutenção e aprovisionamento da unidade termal tenha experiência profissional $>$ 10 anos,
- 3 – Pelo menos 2 técnicos de balneoterapia, 2 técnicos auxiliares de balneoterapia e 1 auxiliar de limpeza tenham experiência $>$ 10 anos.

Considera-se valia técnica **Baixa** quando:

Respeite o mínimo exigível nas cláusulas técnicas e não se encontre em nenhuma das condições referidas anteriormente.

15. Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso é de **132 308,97€** (cento e trinta e dois mil trezentos e oito euros e noventa e sete cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

16. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do presente concurso, considera-se que o preço total resultante de uma proposta apresentada pelo concorrente é anormalmente baixo quando for 10% ou mais, inferior ao preço base.

17. AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 1 – A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 2 – Os concorrentes têm 5 dias após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

18. CAUÇÃO

Não será exigido pelo Município de Tondela a prestação de caução.

19. CONTRATO

Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.

20. DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta e a redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso será aplicável o regime previsto no Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações efetuadas pelos Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, e n.º 149/2012, de 12 de Julho e demais legislação complementar.

22. ANEXOS

Anexo A

MODELO DE PROPOSTA

F... (indicar nome, Estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da aquisição de... (designação da prestação), a que se refere o anúncio, datado, convite de..., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem esse objeto, em conformidade com o caderno de encargos, pelo quantia de... Euros, (por extenso e por algarismos).

Este valor corresponde ao valor da proposta com a incorporação do valor relativo aos erros e omissões). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

No cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, apresenta-se de forma expressa e inequívoca os seguintes documentos:

- a) Lista de preços unitários pelo valor de Euros
- b) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do n.º5, do artigo 61.º do CCP, pelo valor de Euros
- c) O valor atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior, incorporado no preço indicado na proposta, pelo valor de Euros.

Às quantias supramencionadas acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data:

Assinatura:

